



## Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680) Póvoa de Varzim

### Relatório da Avaliação Externa da Escola Secundária de Rocha Peixoto

#### V – Considerações Finais

Feita a análise anterior sobre os diversos domínios e factores a Equipa de Avaliação Externa fez neste capítulo “uma selecção dos atributos da Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Rocha Peixoto – Póvoa de Varzim, e das condições de desenvolvimento da sua actividade”.

Utilizou para esta análise um modelo do tipo SWOT, elaborando uma lista de pontos fortes e fracos e oportunidades e constrangimentos.

Em primeiro lugar gostaríamos de expressar a alguma confusão na concretização da metodologia em causa, pois os primeiros pontos, quer fortes, quer fracos, identificam, no máximo, graus de concretização de objectivos e não, de todo, atributos da Escola. Esta menor exactidão na aplicação metodológica parece-nos, aliás, um dos maiores problemas deste relatório, pois algumas confusões neste campo levam a tirar supostas conclusões não considerando as opções estratégicas que a Escola tomou em devido tempo.

Evidentemente que nenhum ponto forte ou fraco de qualquer Escola pode ser uma qualquer taxa de transição ou de desistência. Isso poderá ser, no máximo, parte da análise da concretização de objectivos, para o que os pontos fortes ou fracos podem concorrer.

É dito, ainda, que “a equipa de avaliação entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam a escola e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria”.

Ora, esta afirmação parece ser, no mínimo, curiosa face aos pontos depois enunciados, pois se, como diz o mesmo relatório em III.3, “é notória a coerência e a articulação entre os diferentes documentos de orientação educativa” e “o projecto educativo expressa claramente que a escola deverá ser uma Escola de todos para todos, orientando a sua actividade para promoção da qualidade, da solidariedade, da integração, da cidadania e da democracia”, era de esperar que esses pontos abordassem questões do foro qualitativo da actividade da escola e não uma reiterada expressão de ausência de “metas quantificáveis”, quando, como vimos é de enfoque na qualidade e diversidade de oferta que aponta a estratégia da Escola Rocha Peixoto.

Sabemos que o tempo é sempre pouco para uma análise vasta como esta equipa tinha que fazer, mas cremos que a base dessa análise não podia deixar de ser a da coerência entre a estratégia que a Escola definiu, no âmbito das suas competências, e a execução da mesma.

Basear um relatório como este na pura percepção subjectiva das pessoas que o estão a fazer leva-nos, a todos, ao desperdício de tempo, pois teremos agora de ser nós, na escola, a fazer a análise necessária, não podendo beneficiar de uma visão externa sobre a capacidade que estamos a ter, ou não, de concretizar a estratégia em que acreditamos.



## **Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680) Póvoa de Varzim**

Mas, de todo, sabemos uma coisa, é que em matéria de ensino e formação de pessoas em geral, e de jovens em particular, as médias estatísticas estão longe de ser a melhor metodologia para fornecer as ferramentas mais adequadas ao seu futuro como mulheres e homens solidários, íntegros e cidadãos activos.

Tudo isto, contudo, não nos impede de olharmos para a referida “selecção” apresentada neste capítulo, excepção feita, como já se disse por deficiente aplicação da metodologia adoptada, aos primeiros itens, quer nos pontos fortes, quer nos pontos fracos.

Começamos pelas Oportunidades. De facto aquilo que no passado era um grave constrangimento é agora uma grande oportunidade para a escola e para toda a comunidade que esta serve. Acreditamos que tudo iremos fazer para concretizar, com qualidade, o desafio que está associado a esta oportunidade.

Aliás, deve dizer-se que esta oportunidade é de maior dimensão do que poderia ser porque ao longo dos últimos 18 meses a escola soube, dialogando e sendo persistente para com as entidades executoras da requalificação dos espaços, melhorar um projecto criando novas valências que, de todo, não estavam tidas em conta da melhor forma.

Se dúvidas houvesse sobre a forma como a escola olha para as oportunidades que lhe surgem esta é uma boa demonstração. Podemos sempre fazer melhor. Não nos resignamos a um qualquer documento ou papel que nos surge. Sabemos ser proactivos defendendo, naturalmente, as ideias que temos e sobre as quais já reflectimos aprofundadamente. E isto mesmo que tal implique obrigações adicionais, como neste caso, em que o orçamento privativo da escola irá ter que suportar obras que, em princípio, deveria ser o dono de obra a financiar.

Mas acreditamos que a maior oportunidade não foi referida, o universo diversificado de jovens que anualmente reconhecem na oferta da escola a capacidade para ajudar a cumprir os seus objectivos. A abrangência da oferta educativa é um ponto forte, como está enunciado, mas é também, e por ventura sobretudo, uma oportunidade na perspectiva da comunidade que queremos sempre servir.

Em matéria de Constrangimentos é enunciado um que é para nós decisivo, o da dificuldade de recrutamento de docentes, não podendo a escola exercer a tão propagada autonomia na sua expressão de maior eficiência e responsabilização. Mas a verdade é que este constrangimento no recrutamento não se fica pela área do pessoal docente. Em matéria de pessoal auxiliar essa é também uma situação de fortíssimo constrangimento, estando esta escola, com a diversidade de oferta que tem e com a complexidade infra-estrutural que a caracteriza, sujeita aos mesmos algoritmos de fixação de quadro de pessoal que uma outra qualquer escola com uma oferta bem mais reduzida ou com um espaço bem menos complexo.

Mas há um outro constrangimento que deve ser relevado, naturalmente, o do contexto económico-social. Como se diz em II. Caracterização da Escola, “no presente ano lectivo 40%



## **Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680) Póvoa de Varzim**

dos alunos da escola beneficiam de auxílios económicos” e as “76,1% dos pais apresentam formação ao nível do ensino básico”. Ora, depois de apresentar estes dados na caracterização da escola não os enunciar como constrangimento que a mesma tem que ter em conta na sua estratégia de intervenção ou foi pura distração ou mais uma falha metodológica.

Para nós, escola, este é um constrangimento que assumimos como considerando, isto é, não nos levará a alterar a estratégia que adoptámos de “ uma Escola de todos para todos”, mas, necessariamente, temo-lo em conta na estratégia que definimos para concretizar a visão que ambicionamos. Mais uma vez, pela qualidade do ensino que preconizamos, sem quantificações sem nexos ou qualquer tradução dessa mesma estratégia.

Quanto aos pontos fortes, anotámo-los, revemo-nos neles, mas sabemos que só o serão enquanto os tivermos como desafio permanente. Por isso aqui não os vamos comentar detalhadamente, antes assumir o compromisso que eles serão sempre um nosso objectivo, a diversificação da oferta e sua adequação às expectativas dos destinatários, a proporção de uma organização flexível, mas sobretudo eficaz, a cada vez maior abrangência do currículo e dos projectos complementares, a promoção da motivação junto de todos os que constituem o corpo desta escola, o desenvolvimento de capacidades de liderança com base na responsabilização e na inovação.

Acreditamos, até pela leitura dos vários capítulos do relatório, que outros pontos fortes poderiam ser apontados, mas não nos vamos alongar neste item pois cremos que é, sobretudo, pela aposta na contínua melhoria do todo da escola que podemos evoluir.

Em matéria de pontos fracos parece-nos que o documento é particularmente incipiente, não permitindo que possamos tirar, em geral, ilações sobre componentes em que poderíamos intervir para melhor podermos concretizar as nossas missão e visão.

Como já foi dito, queremos ser “uma Escola de todos para todos”. Afirmamo-lo e traduzimos isso mesmo em todos os nossos documentos de enquadramento estratégico (como o relatório o confirma). Gostaríamos que esta análise feita por externos nos tivesse apontado linhas em que poderíamos intervir na estratégia que implementámos para melhor concretizar a nossa missão.

De facto do que se encontra referenciado neste capítulo dos pontos fracos apenas o último ponto merece reflexão neste quadro, o da insuficiente consolidação do processo de auto-avaliação.

Sobre a necessidade de consolidar este processo não temos dúvidas. Mas temos muitas dúvidas é que a equipa externa tenha percebido a fase em que tal processo está.

Podíamos, como muitos até farão, ter elaborado um documento muito bonito que traduzisse a aplicação dos normativos em vigor e apresentá-lo à Equipa e, provavelmente, teríamos um ponto forte que era o processo de auto-avaliação da escola.



**Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680)**  
**Póvoa de Varzim**

Não o fizemos, como nunca o faremos, porque não é essa a nossa maneira de estar. Gostamos de fazer as coisas consolidadas e adequadamente reflectidas. Assim, a fase em que ainda nos encontramos no processo de auto-avaliação é ainda uma fase de recolha de dados. Parece-nos, aliás, estranho que assim não seja, pois de estratégias “impostas” está o mundo cheio, sem grande resultado, aparentemente.

Após esta fase que agora está a terminar, a de concretizar a recolha consistente de um conjunto alargado de elementos dos últimos anos, bem como de inquéritos aos diversos agentes da escola, na sequência da elaboração de um guião conceptual e metodológico aprovado em Conselho Pedagógico, entraremos na segunda fase, a de reflexão sobre os elementos obtidos para elaboração de um documento de pista e propostas de melhoria que será presente aos órgãos adequados (Conselho Pedagógico e Conselho Geral).

Deve dizer-se que a Equipa de auto-avaliação desta segunda fase é, naturalmente, alargada em relação à inicial de recolha de dados. À equipa inicial, constituída exclusivamente por professores, são agora acrescentados dois elementos designados pelo Conselho Pedagógico e dois outros pelo Conselho Geral. Durante actual ano lectivo estará em concretização esta segunda fase do processo de auto-avaliação da escola.

Como a prática em muitas áreas nos demonstra, é preferível ser consistente em vez de impulsivo. Esta parece ser, aliás, a conclusão que por ora se pode retirar do conjunto de decisões que em matéria de sistema de educação se tomaram num passado recente.

Mas, sem dúvida, acreditamos que o sistema de auto-avaliação é importante e deve ser consistente e consolidado.

Quanto aos restantes pontos já em momento anterior os abordámos. De forma resumida procedemos aos seguintes esclarecimentos.

A menção à “incipiente participação formal dos alunos na vida da escola” só pode ter sido expressa por lapso. De facto os alunos participam em todas as componentes formais a que estão associados de forma regular e permanente, nomeadamente nos Conselhos Pedagógico e Geral da Escola.

Para lá dessa intervenção formal os alunos intervêm activamente nos Conselhos de Turma, “espaço de diálogo permanente com o respectivo director de turma”, onde “os alunos são convidados a apresentar propostas/sugestões sobre os diferentes aspectos da vida da Escola e, também aí, são informados de tudo o que lhes diz respeito”, de acordo com este mesmo relatório em III.1.2. Nesse mesmo ponto é acrescentado que os alunos se envolvem em “projectos/actividade com impacto no seu desenvolvimento cívico”.

Assim sendo, julgamos que a frase em causa só pode ter origem, conduzindo a este lapso, na “manifesta ausência de interesse e empenho, por parte dos alunos, em eleger a Associação de



**Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680)**  
**Póvoa de Varzim**

Estudantes”. E isto “pese a tentativa dos responsáveis da Escola” na motivação para a concretização de tal acto.

Considerar um ponto fraco da escola a não eleição de uma Associação de Estudantes por desinteresse destes, apesar das diligências dos responsáveis da escola, parece-nos inadequado, considerar tal facto como “incipiente participação formal dos alunos na vida da escola”, parece-nos absolutamente incompreensível, pelo que, acreditamos, só pode ser um lapso.

Quanto aos incidentes de natureza disciplinar, já expusemos o enquadramento em que eles surgem em ponto anterior. No entanto, reiteramos que o que é chamado neste relatório de “incidentes de natureza disciplinar” são de facto meros registos a serem confirmados, como foi explicado à equipa de avaliação. Os “Incidentes de natureza disciplinar” são, de facto em número de 50 no último ano lectivo, pois são apenas aqueles que averiguados dão origem a processos do foro disciplinar. Num universo de 1461 alunos, das mais diversas proveniências, com a diversidade de oferta que a escola apresenta, num ano em que a Escola foi objecto das intervenções infra-estruturais já faladas que obrigaram a uma alteração profundíssima no funcionamento normal, parece-nos que o número é reduzido par que possa ser classificado como um ponto fraco da escola.

Vejamos só este número, num ano lectivo com cerca de 180 dias de aulas e com os 1461 alunos, temos cerca de 263.000 alunos/ano. Assim, 50 incidentes do foro disciplinar significam 0,019% de frequência de incidentes no universo em causa. De facto reduzido...

No que concerne à inexistência de planos de acompanhamento e supervisão da prática lectiva em contexto de sala de aula reafirmamos, aqui, o reconhecimento, de acordo com o texto do relatório em IV.2.1., do acompanhamento da prática lectiva, sendo que o próprio regulamento interno da escola prevê acompanhamento prático em sala de aula sempre que a coordenação e supervisão pedagógica considerem necessário. Mas face ao que aconteceu à legislação sobre o tema em passado recente e ao tempo (in)existente para concretizar um tal plano sistemático, parece-nos que a nossa Escola considera os passos adequados nesta matéria com o que prevê o regulamento interno. Agora, relevar isto como ponto fraco da Escola...

Por último cumpre-nos comentar o ponto sobre a ausência de metas claras e mensuráveis, quer a nível dos processos, quer a nível dos resultados.

Ocorre-nos, neste contexto começar por expressar o desafio que constava do documento do Conselho da Europa de 23/24 de Março de 2006 para os estados membros: “...há que acelerar os processos de reforma que deverão conduzir à criação de sistemas educativos de grande qualidade e simultaneamente eficientes e equitativos.”

Só um conceito de qualidade pode ter o privilégio de ser a meta de um sistema educativo, naturalmente eficiente e equitativo. Criar ou desenvolver um qualquer sistema educativo que



**Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680)  
Póvoa de Varzim**

tenha como premissa a mensurabilidade das metas é invertermos a razão das coisas. Primeiro somos seres humanos, depois agentes sociais e colectivos.

Quer isto dizer que nada é quantificável em educação? Não, quer dizer que a performance de uma Escola deve estar muito para lá da capacidade de ajustar este número, de definir aquele quadro ou de querer demonstrar o que não é demonstrável. Será adequado pensar em uma qualquer escola recusar um aluno porque ele não tem probabilidade de atingir determinado objectivo mensurável? Ou será antes preferível ajudá-lo a crescer e desenvolver-se, mesmo que, por esse aluno, nesse ano, não se possa cumprir o rácio de performance do ano precedente?

Nós, naturalmente, aceitamos que há metas que podem e devem ser analisadas na sua concretização. Estamos a cumprir os objectivos de receber todos os que queiram vir ter connosco? De diversificar a oferta educativa para responder às necessidades e expectativas? De tudo fazer para ter infra-estruturas cada vez melhores para os nossos alunos? De alargarmos os projectos extra-curriculares com impacto no desenvolvimento cívico dos jovens? Estamos ou não a ser capazes de promover a equidade e a justiça como decisivos para a promoção da capacidade cívica de cada um? Somos ou não capazes de incrementar capacidade de inovação e empreendedorismo? Conseguimos ou não motivar todos os agentes ligados à escola para se envolverem e viverem a sua realidade? Temos ou não capacidade de dar as respostas adequadas aos problemas económico-sociais mais prementes para que não inviabilizem a presença de um aluno da escola? Somos ou não capazes de gerir adequadamente e em prol da escola, e só dela, o orçamento privativo?

Estas eram as metas sobre as quais gostávamos de ver respostas para que, confrontados com a missão que assumimos para a nossa escola – “Uma escola de todos para todos” – pudéssemos verificar os factores de melhoria que poderíamos introduzir.

Fazer a mensuração de metas que não tenham a qualidade do ensino como referência é contribuirmos para dar mais um passo atrás no nosso sistema de ensino.